

ATA NÚMERO 33/XV/1.^a SL

Aos oito dias do mês de fevereiro de 2023, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 8, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA

II PARTE

1. Informações;
2. Apreciação e votação da ata da reunião de 01 de fevereiro de 2023;
3. Discussão do [Projeto de resolução n.º 411/XV/1.^a \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo a elaboração urgente de um orçamento para a Jornada Mundial da Juventude 2023;
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal solicitando a audição do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, do anterior Presidente da mesma instituição, Fernando Medina, e do coordenador do Grupo de Projeto para a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) 2023, José Sá Fernandes;
5. Apreciação e votação:
 - [Projeto de voto n.º 246/XV/1.^a \(PS\)](#) - De saudação a *O Setubalense* no momento da publicação da milésima edição da sua 5.^a série;
 - [Projeto de voto n.º 249/XV/1.^a \(PSD\)](#) - De saudação ao Jornal *O Setubalense* no momento da publicação da milésima edição da sua 5.^a série;

6. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, nos termos do artigo 5.º, n.º 2, dos Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SA

Dando início à reunião, o Senhor Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputado Luís Graça, deu as boas vindas ao Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Nicolau Santos (Presidente), Luísa Coelho Ribeiro (Vogal) e Hugo Figueiredo (Vogal), explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração.

O Presidente do Conselho de Administração iniciou a sua intervenção reportando-se à situação de quase equilíbrio ou até positiva da RTP, melhor do que a expectativa de prejuízos que tinha sido avançada em junho; que ainda não há contas fechadas, mas que se conseguiu reduzir o endividamento em cerca de 8%; que se a RTP chegar a *break even* mesmo assim serão 13 anos de resultados positivos. E porquê? Porque, em primeiro lugar, houve custos que pensávamos que iam aumentar muitíssimo, designadamente a energia, mas que afinal não aumentaram tanto como o esperado e, em segundo lugar, porque foram adotadas diversas medidas internas e renegociados inúmeros contratos de fornecimento, com um lançamento regular de concursos públicos, tendo-se registado uma revisão de custos externos em baixa. Além disso, foi também pedido de esforço a todas as direções de 5% do seu orçamento. Houve também o desenvolvimento interno de uma campanha de poupança de energia, a sensibilizar várias pessoas para esta questão, como também o adiamento da emissão de alguns programas e outros eventualmente que acabaram por não ser feitos. Todas estas medidas conduziram a que do lado dos custos houvesse uma redução também substancial.

De seguida, o Presidente do Conselho de Administração alertou para as necessidades de financiamento da empresa de forma a cumprir os objetivos de serviço público a que está obrigada e o investimento na modernização dos meios técnicos de que necessita. Lembrou que o contrato de

serviço público está a ser renegociado e que a falta de meios financeiros redundará num serviço público de menor qualidade, assim como em piores meios técnicos e conteúdos e programas que não poderão ser comprados.

Sublinhou a importância da RTP em matéria de serviço público, a qual está presente em todo o território nacional, ilhas incluídas e que tem uma rede de delegações em África como nenhum operador privado.

Lembrou alguns acontecimentos relevantes para a RTP, como o papel que teve na pandemia, que a indústria audiovisual provavelmente teria desaparecido se não fosse o seu apoio; que foi necessário de um momento para o outro começar a emitir a Escola em Casa (...). Os operadores privados podiam tê-lo feito, mas fizeram-no??? Que um destes fins de semana a RTP2 transmitiu a final do Mundial de Andebol em cadeira de rodas, mas que nenhum dos outros operadores se lembrou de transmitir este evento, que teve uma assistência de 100 mil pessoas; que a RTP fez a cobertura da presidência portuguesa da União Europeia, a Eurovisão com grande sucesso e agora foi a escolhida para a cobertura da Jornada Mundial da Juventude. Os operadores privados podiam fazer? Podiam. Algum fez? Não fizeram até agora

Quanto à queda de audiências, todas as estações generalistas baixaram os seus valores mas a RTP caiu menos e neste momento está mais perto da SIC e da TVI. Contudo, afirmou que há um movimento a nível europeu em que os operadores em canal livre estão a perder cada vez mais audiência para o cabo e em particular para o *streaming*, para outro tipo de canais por cabo.

Disse ter muita esperança no trabalho que está a ser desenvolvido pela Comissão do Livro Branco sobre o serviço público e que a questão do financiamento está fora das conclusões. Supõe que grande parte das preocupações serão integradas nas conclusões desse trabalho e depois plasmadas no contrato de concessão de serviço público que está em negociação.

Pensa que a RTP só pode efetivamente dar um serviço público distinto dos operadores privados se se tornar numa empresa que disponibiliza os seus conteúdos específicos para cada um dos seus públicos - e é bom lembrar que a RTP tem oito canais de televisão e sete canais de rádio - através das plataformas onde esses públicos consomem. Atualmente, a maior parte dos conteúdos não são consumidos pela via tradicional de televisão e rádio.

Lembrou que a RTP ainda está longe de ser uma empresa totalmente multiplataforma, mas já está presentes com muito empenho no *streaming*, nas plataformas digitais, na RTP play, que pensa que vai ser a Netflix portuguesa.

Considera que a RTP é indispensável para a indústria audiovisual, a coesão do País e para a defesa da língua portuguesa, entre outros pontos elencados. Criada em 1957, a RTP é a fiel guardiã da memória histórica.

O Presidente do Conselho de Administração da RTP disse também que há decisões políticas que têm enorme impacto interno, aludindo aos aumentos salariais para o setor público de 5,1%, sobretudo numa empresa pública que está condicionada em matéria de obtenção de receitas. A RTP recebe 80% dos seus rendimentos da CAV (Contribuição para o Audiovisual), que está congelada há já algum tempo, e apenas 20% do mercado, onde também está limitada na captação de receitas.

Usaram da palavra os Senhores Deputados João Montenegro (PSD), Sara Velez (PS), Jorge Galveias (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Santos (PCP) e José Soeiro (BE), após o que os membros do Conselho de Administração da RTP responderam às questões colocadas.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente deu por encerrada a audição.

A [audição](#) foi gravada em vídeo, constituindo a respetiva gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

II PARTE

1. Informações

No âmbito do primeiro ponto da II Parte da OD, o Senhor Presidente informou a Comissão que a apreciação e votação na especialidade do Projeto de lei n.º 216/XV/1.^a (PS) - Assegura o acesso às campanhas de publicidade institucional do Estado, aos órgãos de comunicação social direcionados às comunidades portuguesas no estrangeiro, procedendo à segunda alteração à Lei n.º

95/2015, de 17 de agosto - e do [Projeto de lei n.º 250/XV/1.ª](#) (PAN) - Procede à terceira alteração à Lei n.º 95/2015, de 17 de agosto, por forma a incluir no seu âmbito de aplicação a publicidade institucional das entidades administrativas independentes – teriam lugar no próximo dia 14 de fevereiro, podendo os Grupos Parlamentares apresentar as suas propostas de alteração até ao próximo dia 10 de fevereiro.

Informou ainda que a GEDIPE, Associação Para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais, e outras entidades representativas dos titulares de direitos de produtores audiovisuais, dos produtores de fonogramas, dos artistas, intérpretes ou executantes solicita à Comissão o seu apoio para a realização de um colóquio no dia 21 de fevereiro, só da parte da manhã, subordinado ao tema da Diretiva (UE) 2019/790 (MUD), em particular o seu artigo 17.º. Para esse efeito propõem que nesse colóquio intervenham os Senhores Deputados, alguns oradores estrangeiros e algumas entidades representativas dos titulares de direitos de produtores audiovisuais, dos produtores de fonogramas, dos artistas, intérpretes ou executantes.

Após uma breve análise deste ponto, a Comissão deliberou agendar este pedido para uma próxima reunião.

2. Apreciação e votação da ata da reunião de 01 de fevereiro de 2023

Uma vez submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

3. Discussão do [Projeto de resolução n.º 411/XV/1.ª](#) (CH) - Recomenda ao Governo a elaboração urgente de um orçamento para a Jornada Mundial da Juventude 2023

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) iniciou a sua intervenção afirmando que Portugal tem a honra de receber brevemente a Jornada Mundial da Juventude, um encontro de jovens de todo o mundo, uma celebração única da nossa civilização e da Igreja Católica. É um evento que muito prestigia Portugal, mas que infelizmente tem estado envolto em polémicas por puro desleixo das entidades competentes. Disse também que a Jornada Mundial da Juventude realizar-se-á na primeira semana de agosto, sendo esperados cerca de 2,5 milhões de jovens e peregrinos de todo o mundo,

e que nunca o nosso país recebeu um evento de tão grande magnitude, sendo incalculáveis as mais-valias que daí podem resultar.

Adiantou que, tal como se pode constatar, até à data não é conhecido qualquer orçamento com os gastos do evento, existindo apenas estimativas. Inclusivamente, José Sá Fernandes, coordenador nomeado pelo Governo para a Jornada Mundial da Juventude, declarou que também não sabe quanto é que vai custar.

Lembrou que no Orçamento do Estado para 2023 foi aprovada uma proposta que permite o recurso ao procedimento por ajuste direto, dispensando-se, assim, a fiscalização prévia do Tribunal de Contas e a excecionalidade das despesas para o cálculo do limite ao endividamento. Assim, com os ajustes diretos e as consultas prévias como processos gerais de adjudicação de contratos públicos, a concorrência e a igualdade de oportunidades das empresas desaparecem. O prejuízo mais imediato deste modelo é para todas as empresas que, legitimamente, querem competir para contratar com o Estado e ficam excluídas, apenas porque não recebem o desejado convite. Logo a seguir, prejudicados são os orçamentos públicos, que vão pagar os preços que os convidados pedirem, sem uma competição aberta a quem queira participar.

De considerar ainda o facto de o Governo afirmar que apenas com a aproximação da data do evento se poderá ter uma estimativa sobre a totalidade dos encargos a realizar, onde os custos irão variar consoante o número de participantes e dos custos unitários com segurança, saúde e mobilidade. Independentemente da importância e dimensão da obra ou evento a realizar, não podem existir «cartas brancas» para gastar, com a justificação de que apenas com a aproximação da data do evento «se poderá ter uma estimativa sobre a totalidade dos encargos a realizar».

Por fim, registou igualmente a estranheza de o Governo ter nomeado um anticlerical para coordenador desta Jornada Mundial.

Concluiu afirmando que por todas estas razões os Deputados do Grupo Parlamentar do CH recomendam ao Governo que seja elaborado um orçamento orientativo para a Jornada Mundial da Juventude 2023, onde estejam refletidos os custos totais por rubrica e o valor a gastar por cada entidade envolvida e que o mesmo seja apresentado à Assembleia da República até ao final do primeiro trimestre de 2023.

O Senhor Deputado Tiago Soares Monteiro (PS) reportou-se à questão da autonomia da Igreja, que tem a responsabilidade de realização deste grande evento através da Fundação da Jornada Mundial da Juventude 2023, que tem uma autonomia centralizadora na sua organização e preparação. Isto significa que não é o Governo, não são as autarquias mas, sim, a Fundação que, em estreita articulação e colaboração com estas entidades, organiza e prepara este evento. Essa incumbência é, pois, da Fundação, pessoa jurídica canónica pública e que dispõe de orçamento próprio e autónomo.

Em relação à questão da autonomia financeira das autarquias locais, princípio basilar da administração pública, disse que não podemos transformar a Assembleia da República numa espécie de assembleia municipal. Devemos, pois, ter alguma cautela relativamente a este princípio da autónoma financeira.

Referiu que as competências do Governo já foram devidamente explanadas pelo Dr. Sá Fernandes e que constam de resoluções do Conselho de Ministros, que o procedimento dos ajustes diretos foi aprovado no Parlamento para garantir a celeridade na contratação do evento, única forma administrativa para a sua realização num curto espaço de tempo. O Governo não centraliza em si a organização da Jornada Mundial da Juventude, não é um coordenador global do projeto. Há, sim, um coordenador do Governo com determinadas atribuições, respeitando a autonomia das autarquias locais e da Igreja. Não nos cabe discutir orçamentos municipais nem o orçamento da Igreja. Existe um orçamento inicial e prudencial, que dá conta que o Estado vai gastar 29 milhões de euros.

Concluiu que o Grupo Parlamentar PS não acompanha esta iniciativa do Grupo Parlamentar do CH porque a elaboração neste momento de um orçamento poderia criar mais fumo e mais neblina na organização deste evento, que deve ser organizado com o maior brio possível e com a colaboração de todos os agentes envolvidos

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) disse que o seu Grupo Parlamentar acompanha a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do CH na medida em que lhe subjaz uma questão de transparência. Não podemos ignorar que o Governo assumiu a sua responsabilidade financeira e que esse processo deve ser público para todos os contribuintes.

Disse também não poder ignorar as notícias que hoje foram tornadas públicas que o Governo ainda nem sequer apresentou o plano de mobilidade para o evento. Daí ser necessário que todos possamos saber o que está a ser feito, respeitando a autonomia da Igreja e das autarquias.

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) disse que para Portugal e para os portugueses é uma honra e alegria receber não só a Jornada Mundial da Juventude mas também Sua Santidade o Papa Francisco. É um evento positivo para Portugal, para os portugueses, para os crentes e não crentes que, com espírito ecuménico, participarão neste evento que atrairá a Portugal milhões de jovens de todo o mundo e que em muito contribuirá para o prestígio do nosso país.

Por outro lado, todos queremos que este evento possa ser levado a cabo com uma boa gestão dos recursos financeiros utilizados para a sua realização. Sabemos que em Portugal já se realizaram alguns eventos que posteriormente se revelaram potencialmente onerosos para o erário público. Conjugar a primeira vontade, que é a de receber este evento e o Papa e dar projeção ao País, com esta responsabilidade de todos os envolvidos é essencial para que se possa dizer que se conseguiu cumprir bem a missão e que Portugal conseguiu organizar da melhor forma possível e com uma capacidade financeira responsável este grande evento. Acompanhamos todas as preocupações relacionadas com os custos e responsabilidades financeiros que o Estado e as autarquias de Loures e de Lisboa irão assumir para a sua realização.

É sabido que em toda esta organização a Igreja tem um papel fundamental e que existe uma articulação com os poderes públicos para garantir que tudo estará pronto dentro dos prazos e que as estimativas de custos deste evento se conseguem alcançar. Ninguém quer chegar ao fim e verificar que este evento se revelou muito mais oneroso para o erário público do que aquilo que inicialmente estava previsto. Já se conhece o compromisso financeiro de cada uma das entidades envolvidas e cada uma dela terá de prestar as suas contas.

Embora compreendendo a preocupação subjacente ao projeto de resolução do Grupo Parlamentar do CH, para o Grupo Parlamentar do PSD criar agora um orçamento seria colocar ainda mais alguma entropia em todo este processo e poderia atrasar os trabalhos em curso.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal solicitando a audição do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, do anterior Presidente da mesma instituição, Fernando Medina, e do coordenador do Grupo de Projeto para a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) 2023, José Sá Fernandes

A Senhora Deputada Patricia Gilvaz (IL) fez a apresentação do requerimento afirmando que o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal tomou conhecimento de que a empreitada de construção do Altar-Palco no Parque Tejo-Trancão, no âmbito do evento Jornada Mundial da Juventude (JMJ) 2023, levou a um ajuste direto de 4,24 milhões de euros, pagos à Mota-Engil pela Lisboa Ocidental SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana), numa obra que terá de estar concluída em 150 dias, pois as jornadas têm data marcada para 1 a 6 de agosto de 2023.

O evento da Jornada Mundial da Juventude foi atribuído a Lisboa decorria ainda o ano de 2019. A jornada, que se deveria ter realizado em 2022, foi adiada para 2023 devido à pandemia de COVID-19. Seria, por isso, expectável que as entidades envolvidas na sua organização tivessem tido tempo suficiente para organizar este evento com a maior previsibilidade e com os menores custos financeiros possíveis. Contudo, notícias recentes evidenciam que não houve esse recato com o dinheiro dos contribuintes, sendo pouco compreensível que se esteja a discutir a meio ano da realização do evento em que palco ou palcos se irá celebrar o mesmo.

Dos 161 milhões de euros estimados ser necessário gastar para o evento, o Estado português irá contribuir com 30 milhões de euros de dinheiro dos contribuintes e, nesse sentido, a Iniciativa Liberal considera da mais elementar relevância ouvir o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa Carlos Moedas, o anterior Presidente Fernando Medina e coordenador Grupo de Projeto para a Jornada Mundial da Juventude 2023 José Sá Fernandes aqueles que são os intervenientes para que estes tenham oportunidade de clarificar toda a cronologia relativa à organização da JMJ 2023 e ao altar-palco onde se vai celebrar parte do evento.

Usou da palavra o Senhor Deputado Tiago Soares Monteiro (PS) que disse que o requerimento apresentado pelo Grupo parlamentar da IL assenta num pressuposto, o altar-palco, que nada tem a ver com as competências desta Comissão e dos Deputados que dela fazem parte. Essa é uma competência da Câmara Municipal de Lisboa, coajudada pelas orientações da Igreja e imiscuirmos neste assunto não faz de todo sentido!

O segundo pressuposto respeita à cronologia do evento, desce 2021 até à data de hoje, cronologia essa que foi bem aqui explanada pelo coordenador do Governo José Sá Fernandes quando em novembro veio a uma audição à 12.^a Comissão.

O Grupo Parlamentar do PS irá votar contra este requerimento porque defende que não faz sentido estar de novo a ouvir as entidades propostas e defende que a Assembleia da República não se deve substituir ao escrutínio que deve ser feito nas Assembleias Municipais de Lisboa, Loures Cascais e Oeiras

Frisou de novo que a Assembleia da República nada tem a ver com a construção do altar palco, que é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, com indicações da Igreja Católica.

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) lembrou que este assunto é relevante para todos os portugueses e que estão em causa dinheiros públicos e que nada proíbe os Deputados de tentar perceber como é que eles estão a ser gastos. Essa é uma das nossas obrigações enquanto Deputados! Desde outubro até ao dia de hoje já houve alterações par as quais ainda não temos quaisquer explicações. Assim sendo, faz todo o sentido ouvir em audição o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, o anterior Presidente da mesma instituição, Fernando Medina, e o coordenador do Grupo de Projeto para a Jornada Mundial da Juventude (JMJ) 2023, José Sá Fernandes para que nos possam justificar as alterações ocorridas.

O Senhor Deputado Alexandre Poço (PSD) diz ser necessário cumprir as expetativas orçamentais, mas que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa deve ser ouvido pela Assembleia Municipal. Por outro lado, sublinhou que o Grupo Parlamentar do PSD não entende bem qual é hoje o papel do coordenador nomeado pelo Governo. De qualquer forma, o Dr. Sá Fernandes já foi ouvido há muito pouco tempo no âmbito da 12.^a Comissão e chamá-lo ao Parlamento poderia ser mais uma entropia em todo este processo.

Não havendo mais inscrições, o requerimento foi submetido a votação, tendo sido rejeitado, com votos contra dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD e votos a favor dos Grupos Parlamentares do CH e da IL

5. Apreciação e votação:

- [Projeto de voto n.º 246/XV/1.ª](#) (PS) - De saudação a *O Setubalense* no momento da publicação da milésima edição da sua 5.ª série;
- [gProjeto de voto n.º 249/XV/1.ª](#) (PSD) - De saudação ao Jornal *O Setubalense* no momento da publicação da milésima edição da sua 5.ª série;

Usaram da palavra para apresentar os projetos de voto as Senhoras Deputadas Eurídice Pereira (PS) e Carla Madureira (PSD), tendo o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) manifestado o apoio do seu Grupo Parlamentar às iniciativas apresentadas.

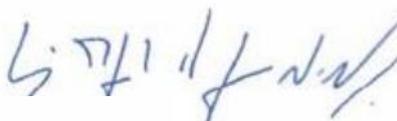
Uma vez submetido a votação, o voto de fusão foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos Grupos Parlamentares da IL, do PCP e do BE.

6. Outros assuntos

Não havendo mais assuntos, a reunião foi encerrada às 13 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 08 de fevereiro de 2023

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Luís Graça)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Pedro Faria (PS)
Carla Sousa (PS)
Francisco Dinis (PS)
Luís Graça (PS)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Maria João Castro (PS)
Pompeu Martins (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Sara Velez (PS)
Tiago Soares Monteiro (PS)
Alexandre Poço (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Dinis Ramos (PSD)
Fernanda Velez (PSD)
Guilherme Almeida (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Jorge Galveias (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Paula Santos (PCP)
Catarina Lobo (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Cláudia André (PSD)
João Montenegro (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Eurídice Pereira (PS)
José Moura Soeiro (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

Bruno Aragão (PS)
Cláudia Bento (PSD)
João Prata (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Matos (PS)
Joana Mortágua (BE)